



eus versus Prometeu: O embate discursivo nos artigos opinativos favoráveis e contrários à pesquisa com células tronco embrionárias

José Aparecido de Oliveira **I**

Resumo: A partir da perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, este trabalho analisa os discursos especializados (científico, religioso, jurídico, jornalístico, político) presentes em artigos na cobertura da Lei de Biossegurança, a partir do ajuizamento da ADI 3510, pelo ex-procurador geral da República, Claudio Fontelles. Os dados são artigos opinativos publicados nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, no primeiro semestre de 2005, e os documentos do Magistério Católico (*Evangelium Vitae*; *Declaração sobre a Produção e o Uso Científico e Terapêutico das Células Estaminais Embrionárias Humanas*; e a *Instrução Donum Vitae*). Pretende-se verificar o *modus operandi* da linguagem nestes discursos, e os aspectos ideológicos de sua construção como elementos persuasivos. Os resultados demonstram elementos dogmáticos nestes discursos, alinhados com o posicionamento ideológico dos grupos aos quais pertencem os articulistas, bem como a presença de elementos mítico-filosófico-religiosos, conforme a noção de Discurso Fundador, de Eni Orlandi.

Palavras-chave: *análise de discurso; bioética; células-tronco; ciência e religião; divulgação científica.*

Abstract: From the perspective of French Discourse Analysis, this work examines specialized discourses (scientific, religious, judicial, journalistic, political) found in mass media featured articles about the scope of the Biosafety Law, mainly about ADI # 3510 judged by the Republic ex-solicitor general Claudio Fontelles. Its data are opinion featured articles issued in the papers Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo, in the first semester of 2005, as well as the quoted source-documents from the Catholic Magisterium (*Evangelium Vitae*; *Document about the Production and Scientific and Therapeutic Utilization of Human Embryonic Stem Cells*; and the *Donum Vitae* Instruction). It's intended to verify the language *modus operandi* in these discourses, especially the ideological features found in their construction as persuasive elements. The research results allow the conclusion that there are dogmatic elements in these discourses, aligned with the ideology of the groups to which the writers belong, as well as mythical-philosophical-religious elements, according to the notion of Founder Discourse (Discurso Fundador) by Eni Orlandi.

Key-words: *bioethic; discourse analysis; stem cells; science and religion; scientific publicizing.*

A discussão sobre a utilização de células-tronco embrionárias para a pesquisa científica visando o tratamento de doenças degenerativas tem ocupado amplo espaço na comunidade científica internacional nos últimos anos, sendo também absorvida pela sociedade em geral. O conflito, inicialmente de caráter ético, tramita entre o mundo acadêmico e os demais setores interessados na sociedade desde que a moderna biotecnologia tomou lugar na pesquisa científica.

Perplexa diante dos crescentes e mais rotineiros anúncios de descobertas e avanços no campo da biologia molecular, a sociedade civil questiona se os benefícios destas conquistas não colocariam em risco o próprio ser humano, como apontou Hans Jonas (1995) com a expressão “vazio ético” (*ethical vacuum*), advogando uma ética para a civilização tecnológica.

As raízes históricas do paradigma biotecnocientífico estariam na segunda metade do século XIX, quando surgiram a teoria da evolução de Darwin e a teoria genética de Mendel. Entretanto, é somente após a Segunda Revolução Biológica, ocorrida com a descoberta da estrutura do DNA por Watson e Crick (1953), e a conseqüente aplicação prática operada pela engenharia genética dos anos 80, que se pode falar em emergência *stricto sensu* do paradigma biotecnocientífico (PUSSI & PUSSI, 2005, p. 59).

Mais recentemente, a clonagem da ovelha Dolly, em 1996, acirrou o já enorme debate mundial, em virtude da perspectiva real da clonagem de seres humanos. Desenvolvimentos científicos mais recentes permitiram vislumbrar uma área de aplicação muito mais interessante e promissora para a clonagem humana na área médica: a produção de tecidos humanos para autotransplantes (PENA, 1999, p.113-122).

Em um quadro científico com incessantes inovações no campo da genética médica, envolvendo a reprodução humana, a possibilidade de intervenção sobre embriões, a clonagem de mamíferos, o mapeamento do genoma e o acesso à informação genética de cada indivíduo, surgem desdobramentos que suscitam um debate ético de grandes proporções (PUSSI & PUSSI, 2005, p. 59), com forte apelo social e mobilização do grande público para apoiar os distintos e diversos aspectos do debate.

De igual modo, as pesquisas que utilizam células-tronco embrionárias (CTE) despertam a atenção e interesse – bem como ferrenha oposição – de muitos atores sociais. Apesar de as 63 academias de ciência do mundo (inclusive o Brasil) que se posicionaram contra a clonagem reprodutiva em 2003 defenderem as pesquisas com células embrionárias para fins terapêuticos (ZATZ, 2004, p. 250-254), os adversários ao uso de células embrionárias para fins terapêuticos argumentam que isto poderia gerar um comércio de óvulos, desencadearia a destruição de “embriões humanos” e que não é ético destruir uma vida para salvar outra.

Do caráter ético inicial, a questão se revestiu de considerações de ordem econômica, moral, religiosa, legal, política e pragmática. Após diversos países aprovarem pesquisas com células embrionárias (Canadá, Austrália, Japão, China, Coreia, Suíça, Inglaterra, França, Espanha e Israel), o Brasil passou a integrar um seleto grupo que ocupa a dianteira neste campo da pesquisa científica. Em 2 de março de 2005, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei de Biossegurança **2**, que autoriza, em território brasileiro, o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas destinadas à cura ou tratamento de doenças degenerativas, além de permitir o plantio e a comercialização de alimentos transgênicos. Restou ao grupo conservador uma estratégia jurídica, quando o ex-procurador-geral da

2 A Lei 11.105/05, em seu art. 5º, permite que sejam realizadas pesquisas com células-tronco de embriões obtidos através de métodos de reprodução assistida, e não utilizados no respectivo procedimento, desde que considerados inviáveis ou que já estejam congelados há mais de três anos. O artigo ainda condiciona a autorização dos pais como condição indispensável para esta utilização (LEMOS & GONÇALVES, 2006, p. 213).

República, Claudio Fontelles, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3510) no Supremo Tribunal Federal contra o artigo 5º da Lei de Biossegurança, que autoriza a utilização de células-tronco de embriões humanos para pesquisa ou tratamento de doenças.

A discussão ganhou terreno com a participação de cientistas, pesquisadores da área médica, juristas, políticos, jornalistas especializados em divulgação científica, líderes religiosos, o público leitor da mídia especializada e, sobretudo, pacientes de doenças degenerativas, que passaram a ser utilizados como cabos eleitorais para pressionar o Congresso.

Divulgação da ciência e opinião pública

Em recente entrevista, a geneticista Mayana Zatz comentou o paradoxo da ignorância científica que cerca a maioria esmagadora das pessoas que, mesmo vivendo cercadas de benefícios da alta tecnologia, desconhecem o funcionamento da ciência e são vítimas da manipulação de informações sobre panacéias da indústria farmacêutica (ZATZ, 2006).

Essa ignorância tem se feito sentir mesmo com os esforços decorrentes do trabalho de divulgação científica, empreendida não só por jornalistas, mas pelos próprios cientistas, educadores, autores de ficção científica, etc. Todos conscientes do desafio de partilhar um conhecimento antes restrito a pesquisadores, mediante recursos lingüísticos, retóricos e visuais, de forma a alcançar a audiência do grande público (EPSTEIN, 2001, p. 253).

Essa mediação entre especialistas e não-especialistas, realizada por estes profissionais com escolhas lexicais e formações discursivas próprias (FIORIN, 2001, p. 32), ganha maior destaque quando a divulgação científica precisa levar o debate científico ao grande público ou atraí-lo para o mesmo, pois nem só de declarações e feitos de cientistas se alimenta o noticiário sobre ciência e tecnologia (BELDA, 2003, 21). Por outro lado, temos a validade da função social, segundo Gnerre (1998, p. 23), das linguagens especiais, que “excluem da comunicação as pessoas da comunidade lingüística externa ao grupo que usa a linguagem especial, e, por outro lado, têm a função de reafirmar a identidade dos integrantes do grupo reduzido que tem acesso à linguagem especial”. O debate que se travou sobre a pesquisa com células-tronco embrionárias, nos primeiros seis meses de 2005, durante a tramitação do projeto que deu origem à Lei de Biossegurança, e a conseqüente Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3510), é um exemplo.

O confronto ético trouxe para a arena do jornalismo científico formadores de opinião como juristas, religiosos, lideranças políticas, cientistas, jornalistas, além do público leigo, que enviou à redação dos veículos de comunicação comentários sobre os discursos emitidos na grande imprensa. Tal debate nos remete não somente à função informativa do jornalismo científico, mas também à sua função social, conforme Wilson Bueno (1984, p. 37), capaz de inserir a sociedade e os cientistas em um debate com vistas aos interesses e objetivos da produção científica.

Procedimentos Teóricos – A análise de discurso

A Análise de Discurso, sobretudo as noções pós-estruturalistas da Linha Francesa, possuem forte ênfase na relação entre linguagem e ideologia, matizes substanciais para as formações discursivas. O pós-estruturalismo rompeu com as visões realistas da linguagem e rejeitou a noção de sujeito unificado coerente,

mediante a noção de que os discursos são historicamente construídos a partir de recursos lingüísticos preexistentes (GILL, 2002, p.246).

A análise de discurso nos estudos atuais está em um terreno de encontro de disciplinas (FERREIRA, 2003, p. 263). Essa interdisciplinaridade reforça também a necessidade de uma revisão bibliográfica para estudar os diferentes discursos encontrados no discurso de divulgação científica, uma vez que os discursos religioso, jurídico, político, etc, possuem características discursivas próprias.

(...) uma série de atores sociais que se apropriam de trechos do discurso científico para apoiarem publicamente seus discursos, persuasivos no sentido de seus interesses. E, ao envolver interesses opostos, o debate público instalado por esses atores sociais dinamiza, do ponto de vista retórico, argumentativo, o noticiário científico, que passa a influenciar as decisões de política científica (BELDA, 2003, p.21).

Como não pode existir ideologia sem signo, não existe também visão de mundo desvinculada da linguagem, pois não há idéias fora dos quadros da linguagem, seja ela verbal ou não-verbal. Segundo Fiorin (2001, p. 52), para os filósofos idealistas, “a linguagem cria uma imagem do mundo”, “uma visão de mundo que determina nossa maneira de perceber e conceber a realidade, e impõe-nos essa visão”. Para Baccega (1994, pp. 52-53), os fatos que vivemos, “aprendemos sempre com as mediações que nos são inculcadas pela nossa cultura, sobretudo através da linguagem verbal”.

Ao criar uma imagem de mundo, a linguagem torna-se um produto social e histórico, pois, para Maingueneau (2001), “um enunciado livre de qualquer coerção é utópico”. Gnerre (1998, p. 19), segue a mesma linha ao afirmar que a linguagem é uma forma de poder. Fruto dessa reflexão são as formações discursivas, uma vez que o homem surge como assimilador dos discursos e construtor de seus próprios, reagindo lingüisticamente aos acontecimentos (FIORIN, 2001, p. 32).

Tais estratégias discursivas, realizadas pela escolha do falante, são voltadas para as injunções ao grupo social a que pertence o falante, pois “ele age, reage, pensa e fala na maior parte das vezes como membro de um grupo social, e por isso as idéias que têm à disposição para tematizar seu discurso são aquelas veiculadas na sociedade em que vive” (2001, p. 44).

Todavia, as coerções e constrangimentos impostos pelo grupo social não constituem o único amálgama do discurso. Este pode aceitar, implícita ou explicitamente, outro discurso, rejeitá-lo ou repeti-lo (FIORIN, p. 44). Abre-se então a noção de reprodução, conflito ou heterogeneidade do discurso. No interior de uma formação discursiva ocorrem discursos provenientes de outras formações discursivas. Desta maneira, a formação discursiva passa a ser caracterizada pela heterogeneidade, o que determina, conseqüentemente, a natureza heterogênea do discurso.

Análise de discurso do corpus

■ Artigo 1 – MARTINS Ives Gandra da Silva; EÇA, Lílian Piñero. Verdade sobre células-tronco embrionárias. *Folha de S. Paulo*, 08/06/2005. Caderno Opinião, seção Tendências/Debates, p. A 3.

■ Artigo 2 – COSTA, Humberto. Quem tem medo das células-tronco? *Folha de S. Paulo*, 27/06/2005. Caderno Opinião, seção Tendências/Debates, p. A 3.

■ Artigo 3 – ALMEIDA, Luciano Mendes de. Pesquisa científica e células-tronco. *Folha de S. Paulo*, 05/03/2005. Caderno Opinião, p. A 2.

■ Artigo 4 – GLEISER, Marcelo. A nova cruzada contra a ciência. *Folha de S. Paulo*, 27/02/2005. Caderno Mais, seção + Ciência; Micro/Macro, p. 9.

■ Artigo 5 – LEITE, Marcelo. Guerra das células: o retorno dos xiitas. *Folha de S. Paulo*, 12/06/2005. Caderno Mais, seção Ciência em Dia, p. 11.

■ Artigo 6 – *O Estado de S. Paulo*. Vitórias da democracia. 04/03/2005. Editorial, p. A 3.

Artigo 1 – Fragmento 1

Há total descontrole das células embrionárias, surgindo diferenciações em tecidos distintos nas placas de cultura, com o que se poderia estar renovando experiências atribuídas a Frankstein.

No fragmento acima, o tributarista Ives Gandra Martins e a bióloga molecular Lílian Piñero Eça, alternam argumentos jurídicos e científicos. São reunidas dez afirmações de cientistas – algumas seguidas de citações – que refutam ou desqualificam a pesquisa com células embrionárias, o que caracteriza o “discurso autorizado” (MAINGUENEAU, 1987, p. 37). Dentre as afirmações, curiosamente uma menciona a possibilidade de formação de teratocarcinomas no descontrole das células embrionárias (SANTOS, 2005), comparando este risco de tumor mediante uma referência à conhecida obra literária Frankenstein, de Mary Shelley³. É bastante recorrente o emprego de imagens vampirescas (MEDEIROS, 2004, p. 11) com o intuito de satanizar os avanços científicos quando considerados além dos “limites éticos”, utilizado sobretudo por militantes conservadores que acusam a ciência de “imitar o criador”.

O que nos preocupa e angustia é a consagração, em uma espécie de pacto faustiano imoral e diabólico, do homem à ciência e seus presumidos poderes absolutos dos quais confia obter saúde e felicidade (BELLINO, 1997, p. 81).

Artigo 1 – Fragmento 2

Como se percebe, em vez de o governo aplicar recursos na manipulação e eliminação de seres humanos, transformados em cobaias, como no nacional-socialismo alemão, poderia investir maciçamente na investigação das células-tronco do próprio paciente ou na dos cordões umbilicais.

Após recorrer a uma criação literária, cujo mito corresponde à derrocada da crença no positivismo e no poder da ciência para eliminar os males da humanidade, o artigo acusa o governo de financiar a pesquisa com células-tronco embrionárias, ao argumentar que o mesmo estaria investindo na eliminação e manipulação de seres humanos, numa tentativa de pressionar a opinião pública e, conseqüentemente, o Supremo Tribunal Federal, a acatar a ADI do procurador Claudio Fontelles. Essa estratégia de elevar ontologicamente o embrião congelado em clínicas de fertilização artificial, destinado ao descarte, à categoria de “ser humano”, e em decorrência acusar os pesquisadores de assassinos ou manipuladores, tem sido uma estratégia recorrente de grupos conservadores ligados à Igreja Católica, mesmo que nesta haja setores que pensem o contrário:

³ Frankenstein ou o Moderno Prometeu (Frankenstein or the Modern Prometheus, no original em inglês), mais conhecido simplesmente por Frankenstein, é um romance de terror gótico com inspirações do movimento romântico, de autoria de Mary Shelley, escritora britânica nascida em Londres. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Frankstein>)

*Uma lei só é legítima se respeitar a lei natural e os direitos fundamentais humanos impostos pela sua própria natureza e dignidade. Ora, o projeto de lei de Biossegurança viola o direito à vida dos seres humanos concebidos, e renova assim o espírito **racista e eugenista** que presidia as experiências nazistas do famigerado criminoso dr. Mengele.*

O santo padre, o papa João Paulo II, condenou expressamente esse tipo de experiência, usando células-tronco embrionárias, quer para clonagem, quer – pior ainda – para fins terapêuticos, pois que isso permitiria usar seres humanos como meros fornecedores de órgãos. A aprovação do projeto de Biossegurança poderia propiciar o surgimento de um infame e criminoso comércio de seres humanos, que seria pior do que a reinstalação da **escravatura**. Rogamos então a Vossa excelência que não vote a favor dessa lei que seria o oposto da Lei Áurea (FEDELI, 2005).

Artigo 2 – Fragmento 1

*Pois junto-me a eles, pesquisadores, como ministro e cidadão, nessa **nova fronteira** da ciência e da medicina voltada para a saúde de todos.*

O fragmento acima conclui o artigo do ex-ministro da Saúde, o médico psiquiatra Humberto Costa. Nele transparece um entusiasmo com as possibilidades de cura e avanço científico para aqueles que transpuserem o abismo que opõe atrasados e modernos, contrários e favoráveis ao mito das possibilidades infinitas da ciência. Compartilha da expectativa quase ufanista de que a clonagem terapêutica irá trazer cura e tratamentos – bem como economia para os cofres públicos e melhor uso do dinheiro dos contribuintes – para muitas enfermidades incuráveis. Essa crença no cientificismo, inaugurada com o iluminismo e positivismo, comum aos pesquisadores favoráveis ao progresso científico, é utilizada para qualificar os adversários da pesquisa com células-tronco de inimigos da cura de doenças degenerativas e da reabilitação de paraplégicos.

Como enunciado de um médico, mas também ocupante de cargo público, a estratégia discursiva do ex-ministro da Saúde, mesmo que alinhada aos anseios de uma população que deseja melhorias no serviço de saúde, não pode ser assimilada sem um olhar sobre o seu viés ideológico e político-partidário, como bem demonstra Santaella:

As linguagens que dão corpo às ideologias, na dimensão de cada cultura historicamente determinada, trazem inevitavelmente as marcas da posição política dos agentes sociais. Não há linguagem possível, conseqüentemente, que não seja um feixe indicial de tensões políticas (SANTAELLA, 1996, p. 331).

Artigo 3 – Fragmento 1

*A restrição, no entanto, está no recurso às células-tronco embrionárias, cujo uso implica na destruição do embrião e, por isso, é **moralmente inaceitável**, uma vez que ao ser humano, desde a sua concepção, compete a sua inviolável dignidade. Não é portanto admissível, à luz dos princípios éticos, o voto do Senado e da Câmara dos Deputados que permite **sacrificar** o embrião humano e reduzi-lo a material de experimentação.*

O fragmento acima faz parte do artigo “Pesquisa científica e células-tronco”, do religioso católico dom Luciano Mendes de Almeida, na época arcebispo de

Mariana, MG. Diferente dos ataques mais incisivos e até hostis de setores conservadores da Igreja Católica, o tom do bispo que foi presidente e secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), busca conciliar os benefícios provenientes do avanço da ciência com os “limites éticos” que resguardem a vida. A postura de dom Luciano, coerente com sua posição de autoridade religiosa, possui um tom bastante cauteloso e conciliador, sempre antepondo suas restrições morais com observações positivas sobre os benefícios da ciência. Essa cautela poderia ser explicada por sua reconhecida atuação em favor dos direitos humanos e empobrecidos, característica de setores progressistas da Igreja, não diretamente alinhados com as posturas conservadoras do Magistério.

Em suas escolhas discursivas faz citações dos documentos *Evangelium Vitae* e *Donum Vitae*, sobretudo dos postulados em relação à dignidade da vida humana, em detrimento das afirmações que condenam as pretensões científicas, naquilo que podemos chamar de intertextualidade, conforme Pêcheux (1997), para quem “dado discurso envia a outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais, ou cujos argumentos destrói. Ressalte-se a citação do termo sacrificar,⁴ de profundo significado teológico para a moral cristã, já utilizado na instrução *Donum Vitae* de 1987 para condenar a fecundação artificial.

Artigo 4 – Fragmento 1

*O problema ocorre quando a religião passa a atuar fora de sua esfera, tentando evangelizar a população por meio de seu poder político. Como no Rio de Janeiro, forçando o ensino do **criacionismo** como uma alternativa a teorias científicas. Quem perde com isso são nossos estudantes e, com eles, o país inteiro. Se a ciência de ponta não puder ser feita aqui, será feita em outro lugar.*

A posição do físico Marcelo Gleiser visa atacar a atuação política de viés religioso, ou seja, quando a religião busca retomar seu espaço perdido na sociedade por meio da secularização. Trata-se de uma estratégia discursiva de caráter tão político quanto a própria postura que visa combater, sobretudo quando a dicotomia secularização-evangelização mostra-se bastante atual em boa parte dos conflitos políticos do mundo, conforme bem observou Habermas: “Quem quiser evitar uma guerra entre as civilizações precisa se lembrar da dialética inacabada do nosso próprio processo ocidental de secularização” (2004, p. 137-145).

Há quem veja na militância política de cunho religioso uma defesa não da própria fé, mas uma estratégia política de busca do poder. Conforme Ennio Candotti, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), grupos políticos evangélicos descobriram no criacionismo⁵ um instrumento para “marcar posição, criar polêmica, ganhar visibilidade e arrebanhar apoio” (CANDOTTI citado por GAZIR, 2004).

Por outro lado, a estratégia discursiva de Gleiser abandona o campo da relação entre religião e política (e seus prováveis beneficiados) e cede ao pragmatismo, quando relaciona o prejuízo das políticas públicas movidas por interesses “religiosos”. Para ele, somente os estudantes fluminenses e o próprio país vão perder com as restrições religiosas no campo da ciência, pois a “se a ciência de ponta não puder ser feita aqui, será feita em outro lugar”.

⁴ A palavra sacrifício (do latim sacer facere; sacrificare: fazer santo) tem o sentido de um ofício santo, sendo a prática de oferecer alimento ou a vida de animais ou pessoas para uma divindade, como ato de propiciação dos pecados ou culto. O termo é usado também metaforicamente para descrever atos de altruísmo, abnegação e renúncia em favor de outrem. Oferendas sacrificiais existem na maioria das religiões, embora a natureza do presente, o significado da ação e a função do rito variem muitíssimo. www.wikipedia.org/wiki/Sacrifício e www.ceismael.com.br/oratoria/oratoria030.htm

⁵ O termo criacionismo engloba certa variedade de crenças, desde a interpretação literal da Bíblia (que coloca a criação do mundo há 6 mil anos), até um criacionismo progressivo, criacionismo contínuo, evolucionismo teísta, etc. (EPSTEIN, 2002, p. 109)

Artigo 5 – Fragmento 1

*O contingente de pessoas razoáveis tende a sumir e a calar-se, porém, quando os **cruzados** de lado a lado se erguem para pontificar e condenar... Começou com os muitos pesquisadores que não reagiram ao **maniqueísmo** de seus pares quando, de olho nos embriões congelados das clínicas de fertilização artificial, pintaram os adversários como demônios desalmados.*

No fragmento acima, o jornalista especializado em divulgação científica, Marcelo Leite, analisa o confronto discursivo entre os dois grupos interessados na liberação ou não das pesquisas com células-tronco embrionárias. O baixo nível do debate Marcelo Leite credits aos pesquisadores que se calam diante das acusações oriundas dos segmentos conservadores, estrategicamente empenhados em infundir uma imagem monstruosa, simplista e maniqueísta **6** àqueles que se dedicam ao estudo da clonagem terapêutica, conforme se percebe na declaração de José Maria da Costa, assessor adjunto da Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família (CNBB):

“Por fim, como percebi nos defensores do aborto legal todo um honesto convencimento para a causa, creio que nossa argumentação precisa centrar-se nos postulados da filosofia, da ética humana, nas lições da ciência, nos direitos humanos e nos preceitos democráticos. Nada de acusações tais como assassinos, criminosos, discípulos do diabo... ou algo que o valha, sob pena de nossa defesa da vida desde a concepção se transformar num pretexto para a morte de nossos bebês.” (COSTA citado por RODRIGUES, 2006).

Artigo 6 – Fragmento 1

*Felizmente, essa “vitória da **bruxaria** sobre a ciência”, como resumiu à época um parlamentar, não se repetiu no Senado.*

O fragmento acima pertence ao editorial do jornal O Estado de S. Paulo e condensa a manifestação de um parlamentar da Câmara dos Deputados no dia da aprovação da Lei de Biossegurança. O editorial não aponta o autor da declaração, mas é possível perceber o tom desqualificatório e preconceituoso com que o parlamentar se refere à atividade científica, confundida aqui com as práticas curandeiras e o ofício de parteiras entre os séculos XV e XVIII, praticadas por mulheres as quais a Igreja Católica, com brutal misoginia, preferiu silenciar com o calor das fogueiras da Inquisição **7**.

O editorial aponta não apenas a reação à aprovação da Lei de Biossegurança, mas a influência de uma cosmovisão conservadora, religiosa e retrógrada contra o avanço da ciência. Para o autor da frase, seria ciência apenas a atividade de pesquisa que se restringisse ao campo de atuação “permitido” pela Igreja. Trata-se de um embate discursivo que representa o choque de forças entre os que praticam a “boa” ciência (a dos pesquisadores que se alinham ao controle da Igreja, portanto contrários à terapia celular) e os que praticam a “magia da bruxaria” (a dos cientistas que, comparados às curandeiras e parteiras do período inquisitório, desafiam o poder conservador).

A medicina emergente se indispôs contra essas mulheres: os cientistas varões eram agora os depositários do saber científico, racional, que combatia esse conhecimento “natural” como superstição, magia “negra” ou “branca”. A Igreja e o Estado ficaram a favor de uma ciência que se considerava racional e objetiva (MEYER-WILMES, 1998, p.17-20).

6 O maniqueísmo é uma filosofia religiosa sincrética e dualística ensinada pelo profeta persa Mani no séc. III, combinando elementos do zoroastrismo, cristianismo e gnosticismo, condenada pelo governo do império romano, filósofos neoplatonistas e cristãos ortodoxos. O maniqueísmo divide o mundo entre bem, ou Deus, e mal, ou o Diabo. A matéria é intrinsecamente má e o espírito intrinsecamente bom. Com a popularização do termo, maniqueísta passou a ser um adjetivo para toda doutrina fundada nos dois princípios opostos do bem e do mal.

O maniqueísmo é uma forma de pensar simplista em que o mundo é visto como que dividido em dois: o do Bem e o do Mal (LIMA, 2001).

7 A causa da perseguição em massa às chamadas “bruxas” tem duas faces: de um lado a tentativa de superação da natureza e o domínio da racionalidade e, do outro, o medo do sexo e do poder das mulheres que começava a se evidenciar, na Europa Central. No final da Idade Média, a ciência e a filosofia começavam a dispor sobre a natureza. As mulheres, como parteiras e as curandeiras, conhecedoras de ervas, possuíam uma grande ligação com a natureza (MEYER-WILMES, 1998, p.17-20).

Conclusão – A tentação prometeica

O estudo sobre o embate discursivo realizado entre favoráveis e contrários às pesquisas com células-tronco nos remete a pensar sobre os aspectos fundantes presentes nas narrativas míticas e seu potencial para a constituição do imaginário e sua conseqüente formulação ideológica. A utilização de imagens arquetípicas, recorrentes nos mitos fundantes da civilização ocidental, empresta um sentido construído ao longo dos séculos, capaz de oferecer novos matizes a uma disputa ideológico-discursiva.

Cabe ressaltar alguns aspectos arquetípicos que chamam a atenção, sobretudo a partir da noção de discurso fundador, de Eni Orlandi (2003). Neste caso, nossa apropriação deste conceito não está em sua articulação com a *cena fundante* e a *história oficial* como referências analíticas (SOUZA, 2002, p. 57), mas provavelmente da cena fictícia, dramática, e da interpretação corrente como elementos constitutivos do inconsciente coletivo. Até porque, no processo de identidade histórica, o que conta não são os fatos, muitas vezes forjados a *posteriori*, mas o processo simbólico que os produz a partir de uma cena (ou prosa) originária mítica:

São espaços de identidade histórica: é memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima. No entanto, nessa passagem do sem-sentido para o sentido, produzida nesses lugares, não estamos pensando a história dos fatos, e sim o processo simbólico, no qual, em grande medida, nem sempre é a razão que conta: inconsciente e ideologia aí significam. Não é a cultura ou a história factuais, mas a das lendas, dos mitos, da relação com a linguagem e com os sentidos. É a memória histórica que não se faz pelo recurso à reflexão e às intenções, mas pela “filiação” (não aprendizagem). Aquela na qual, ao significar, nos significamos. São os outros sentidos do histórico, do cultural, do social. Mas que assim mesmo nos constroem um imaginário social que nos permite fazer parte de um país, de um Estado, de uma história e de uma formação social determinada (ORLANDI, 2003, p. 11).

Sob esse ponto de vista, a apropriação do mito de Prometeu **8** é freqüentemente tomada como uma alegoria da busca de um saber restrito a Deus, tal como descrito no mito bíblico da criação, em que Adão e Eva são punidos por desejarem o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. O mito foi bastante interpretado como a tentativa de superação humana, de vencer limites impostos pelo poder estabelecido, sendo símbolo do iluminismo e das revoluções francesa e industrial.

A imagem mítica de Prometeu acorrentado, sob castigo pela ousadia de roubar o fogo dos deuses, tomada como alegoria da aquisição do saber por mortais desautorizados, frente ao privilégio daqueles de deterem o conhecimento pleno, cedeu lugar, na Modernidade, à imagem sem grilhões do cientista, que pode conhecer (quase) tudo das leis intrínsecas da natureza, inclusive o homem e o cosmos, desde a construção de modelos ideais da ciência até a sua redução aos padrões de aplicabilidade tecnológica (VALVERDE, p.19).

Todavia, o mito também vai emprestar a imagem de Zeus, tirano, ciumento e todo-poderoso castigador, a todo poder que imponha cerceamentos ao gênio e progresso humanos. Será primeiro com Voltaire (Pandora, 1740), que irá responsabilizá-lo pelos males físicos e morais. Goethe, por sua vez, colocará Deus como rival do poeta e do artista em seu *Prométhée*, capaz de criar os homens: “Então Prometeu permite-se zombar de Deus: “Baixa teu olhar, Zeus, sobre o meu mundo. Ele vive! Formei à minha imagem uma raça semelhante a mim, para sofrer, chorar, gozar, apreciar o prazer e desprezar-te, como eu!” (GOETHE apud COMTE, p. 63).

8 Personagem do poema *Trabalhos e Dias* de Hesíodo, ou da peça *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo, Prometeu é filho de Jáspeto, o Titã e primo de Zeus. Inteligente, astuto e previdente, ao contrário de seu irmão Epimeteu, simboliza a revolta dos homens contra os deuses. Consegue enganar o próprio Zeus e trazer à humanidade benefícios que os deuses lhes recusam. Durante um banquete entre os homens e os deuses, separa a melhor parte aos primeiros, mediante uma farsa proposta aos últimos. Para punir os homens que se beneficiaram, Zeus esconde o fogo necessário ao cozimento das carnes e obriga os homens ao trabalho penoso. Novamente Prometeu socorre os homens, roubando uma centelha de fogo e dando-a aos homens. O castigo pela ousadia é terrível: Zeus envia aos homens o “belo mal” que é Pandora, a mulher, com um jarro donde provirá toda a sorte de males. Quanto a Prometeu, este é acorrentado com elos de aço no alto no alto de uma montanha e uma águia não pára de lhe devorar o fígado durante o dia, que volta a crescer durante a noite (COMTE, 1994, p.58-60).

Não há ritual sem falhas (Pêcheux, 1991), por isso é preciso a ruptura e instauração de uma nova ordem de sentidos. O que o caracteriza como fundador é criar uma nova tradição, re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. O sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra tradição de sentidos, nova filiação (ORLANDI, 2003, p. 13).

Seguindo essa linha de raciocínio, em que a imaginação e o imaginário confundem com a realidade, parece-nos propício dizer que a revolta de dramaturgos e escritores contra Zeus, o deus-algoz de Prometeu, nada mais é do que uma revolta contra o espírito moralista e conservador que sempre se fez presente na história das civilizações, onde determinado seguimento da sociedade faz uso da religião para cercear a liberdade de pensamento e criação. Nesse caso, se é possível aos limites deste artigo, entendemos que a apropriação do mito de Prometeu, largamente utilizada por seguimentos conservadores e religiosos para atacar a “tentação prometéica” da pesquisa científica, é uma condenação moral e religiosa da conduta autônoma do saber científico, sempre às rusgas com o poder eclesiástico.

Não será uma profanação, a título de compreensão lúdica, tomarmos emprestado a imagem de Zeus para caracterizar uma espécie de poder conservador que, a despeito da postura autônoma de muitos parlamentos, busca impor limites e restrições jurídicas ao exercício científico. Até mesmo porque há quem aposte que a peça de Ésquilo seja uma leitura do autor sobre a superação da ordem na passagem do final do período arcaico para o período clássico na Grécia (séculos VI e V a.C.), cuja transição do poder tirânico para o poder democrático ocorreu de forma lenta e com enormes custos a todos os que contestaram o poder instituído (MAESTRI, 1997, p. 99).

Terreno fértil que confunde a realidade, a imaginação (ficção, literatura) e o imaginário (ideologia, o efeito de evidência construído pela memória do velho mundo). Movimento de afastamento e retorno à realidade. Aí se processa o mecanismo ideológico de construção imaginária da realidade com seus efeitos de evidência. Aí está a marca – discursiva, não conteudística – do discurso fundador: a construção do imaginário necessário para dar uma ‘cara’ a um país em formação; para constituí-lo em sua especificidade como um objeto simbólico (ORLANDI, 2003, p. 17).

Parece-nos então, mais apropriado, falar de um embate discursivo, cujos matizes ideológicos remontam a construções arquetípicas, em que a questão que se coloca não se trata de conteúdos religiosos, mas de um confronto de posições na extensa rede de relações sociais. De um lado um discurso que nos remete à promessa de liberdade, do desafio de um poder que parece onipotente, do outro um alerta severo, repleto de maldições e condenações aos que se mostram insurgentes dos limites de uma ordem “pré-definida”. Afinal, como disse Maler Müller, “o homem deseja bem mais do que Deus e o diabo lhe podem dar” (COMTE, p. 53).

E Prometeu permanecerá com uma imagem; ou bem a imagem do técnico que escravizou a humanidade para Jean-Paul Sarte, ou, então, para Camus, a da humanidade que se liberta de toda alienação, a dos deuses e a do homem. Ele é e continua sendo alguém incômodo, incômodo para os doutrinários, os religiosos de qualquer confissão, os pequenos chefes de toda casta (COMTE, 1994, p.68).

Referências bibliográficas

- BACCEGA, M. A. (1994). *Do mundo editado à construção do mundo*. Revista Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna.
- BELDA, Francisco Rolfsen (2003). *Alimentos transgênicos e imprensa – um estudo do discurso jornalístico de divulgação científica*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Comunicação, ECA-USP, São Paulo.
- BELLINO, Francesco (1997). *Fundamentos da bioética: aspectos antropológicos, ontológicos e morais*. Bauru: EDUSC.
- BUENO, Wilson (1984). *Jornalismo científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente*. São Paulo: USP/ECA. (tese de doutorado).
- COMTE, Fernand (1994). *Os heróis míticos e o homem de hoje*. São Paulo: Loyola.
- EPSTEIN, Isaac (2001). *Divulgação científica em Ciência Hoje – resenha*. Revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Umesp, nº 35.
- FEDLI, Orlando (s.d.). Montfort contra a aprovação do projeto de lei de Biossegurança que permite usar embriões humanos como cobaias. Disponível em <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=cientista&artigo=contra_lei_biosseguranca&lang=bra> Acesso em 07/08/2007.
- FERREIRA, G. M (2003). *Contribuições da análise do discurso ao jornalismo*. Livro do XI Compós, Estudos de Comunicação. Porto Alegre, Sulina.
- FIORIN, José Luiz (2001). *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- GAZIR, Augusto (2004). *Escolas do Rio vão ensinar criacionismo*. Folha Online. 13/05/2004. São Paulo. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u11748.shtml>>
- GILL, Rosalind (2002). *Análise de discurso*. In: BAUER, M. W. & GASKELL, George (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes.
- GNERRE, M (1998). *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes.
- HABERMAS, Jürgen (2004). *O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal?* São Paulo: Martins Fontes.
- JONAS, Hans (1995). *El principio de responsabilidad: Ensaio de uma ética para la civilización tecnológica*. Barcelona: Herder.
- LIMA, Raymundo de (2001). *O Maniqueísmo: o Bem, o Mal e seus efeitos ontem e hoje*. Revista Espaço Acadêmico. Ano I, Dez 2001, n. 7. São Paulo.
- MAESTRI, Marcos (1997). *A superação da ordem em Ésquilo na peça Prometeu Acorrentado*. Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Vol. 1, No 1. Disponível em <http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revcesumar/article/viewFile/151/487>

MAINGUENEAU, D (2001). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.

_____. (1987). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes.

MEYER-WILMES, Hedwig (1998). *Por que as bruxas eram queimadas vivas?* In Revista Concilium, 274-278. Petrópolis: Vozes.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (org) (2003). *Discurso fundador: a formação do país e a identidade nacional*. 3ª ed. Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C (1997). *A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e perspectivas*. Em GADET, F. & HAK, T. (org.) Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp.

PUSSI, William & PUSSI, Flávia (2005). *Células-tronco: o alfa e o ômega*. Arquivos do Conselho Regional de Medicina do Paraná. Curitiba: Conselho Regional de Medicina do Paraná, v. 22, n. 86, p. 57-76, Abr/Jun.

RODRIGUES, Carla (2006). *Atuação pública de grupos contrários à legalização do aborto*. Seminário Mídia e Mulher. Ago. Disponível em <carlarodrigues.files.wordpress.com/2006/08/seminario_mulher_midia_tres.pdf-> Acesso em 20/05/2006.

SANTAELLA, Lúcia (1996). *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez.

SOUZA, Mériti de (2002). *Discurso fundador, história e subjetividades*. Em Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n. 12, p.57-64, dez. Disponível em <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041214142624.pdf> Acesso em 28/09/2007.

VALVERDE, Antonio José Romera (s.d). *Prometeu desacorrentado e a sétima geração*. Revista PUCViva n. 27. São Paulo: Apropuc.

ZAMBONI, L. M. S (2001). *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica – subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas: Editora Unicamp.

ZATZ, Mayana (2004). *Clonagem e células-tronco*. Estudos Avançados. São Paulo, v. 18, n. 51. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Jan 2007.

ZATZ, Mayana: entrevista [04/12/2006]. *Programa Roda Viva*. São Paulo: TV Cultura, 2006. Fita VHS (120 min). Entrevista gravada.